



RPW S/A SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

AL Santos, nº 787 – Conj 21, Bairro Cerqueira Cesar, São Paulo, São Paulo, CEP 01.149-001.

CNPJ: 06.249.129/0001-14

Demonstrações Contábeis em 30 de Julho de 2023

Demonstrativos compreendidos:

- Termo Declaratório;
- Relatório da Administração;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- Notas Explicativas;
- Relatório dos Auditores Independentes;

Demonstrações divulgadas em 16/05/2024 no site

<https://www.emprestacapital.com.br/>

A Diretoria da **Empresta** declara a veracidade e consistência das informações contidas nos demonstrativos elencados.

Sergio Luís de Toledo
Diretor Responsável

Paulo Eduardo Pereira
CRC SC 030018/O-3



Termo Declaratório

Eu, SERGIO LUÍS DE TOLEDO, portador do CPF sob nº 089.640.428-59, assumo inteira responsabilidade pelo conteúdo dos documentos contidos no arquivo. Declaro estar de inteira responsabilidade pelas informações prestadas, estando ciente de que a falsidade nas informações implicará nas penalidades cabíveis.

Maio de 2024

Sergio Luís de Toledo
Diretor Responsável

RPW S.A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações financeiras acompanhadas do relatório do auditor independente
nº 23ABA-029-PB-RM1

Em 30 de junho de 2023



Índice

	Página
Relatório da Administração	4
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	7
Demonstrações financeiras	11
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2023	16

À Central de Demonstrações Financeiras do Sistema Financeiro Nacional,

Demonstrações financeiras individuais da RPW S/A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento para o semestre findo em 30 de junho de 2023.

Prezados senhores:

Esta carta de apresentação da Administração é fornecida em conexão com a divulgação das demonstrações financeiras da RPW S/A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento, para o semestre findo em 30 de junho de 2023, com o objetivo de expressar o reconhecimento de nossas responsabilidades pela elaboração e apresentação adequada das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

As demonstrações e documentos apresentados são:

- Termo Declaratório
- Relatório da Administração;
- Balanços Patrimoniais;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração de Fluxo de Caixa;
- Notas Explicativas;
- Relatório dos Auditores Independentes;

Demonstrações divulgadas no site em 14/05/2024
<https://www.emprestacapital.com.br/>

Diretor Financeiro

Contador

A Diretoria da RPW S/A SCFI declara a veracidade e consistência das informações contidas nos demonstrativos elencados.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Aos Acionistas

Prezados Acionistas e Administradores, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de vossas senhorias as demonstrações financeiras da RPW S/A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2023, acompanhada das respectivas notas explicativas e relatório do auditor independente, elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

A Instituição

Fundada em 2004, a RPW S/A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento, ou EMPRESTA Capital, é uma sociedade de crédito, financiamento e investimento (SCFI) focada na disseminação de linhas de crédito com alto impacto produtivo e socioambiental. Com experiência de 19 anos no mercado financeiro, consolidamo-nos como um dos líderes de mercado em nosso segmento devido ao crescimento robusto e sustentado durante nossa história. Nossa instituição já beneficiou mais de 100.000 empreendimentos, de forma direta ou indireta, entre pessoas físicas e jurídicas, em mais de 60 segmentos diferentes em todo o território nacional.

Nosso foco é trazer soluções de crédito, atendendo a nichos específicos de pessoas físicas microempreendedores, e a micro e pequenas empresas, que hoje representam mais de 99% dos empreendimentos no Brasil segundo o Sebrae, muitas delas sem acesso a produtos de crédito e outras soluções pelos canais tradicionais.

Nossos profissionais são especializados em realizar um atendimento diferenciado aos nossos clientes e criar uma rede de relacionamentos sólida e íntegra, com uma linguagem específica e direcionada. Através de uma estrutura enxuta, processos inteligentes e simplificados, conseguimos identificar e atender as necessidades dos segmentos em que atuamos, superando as limitações existentes nos tradicionais canais de crédito do mercado.

Tendo em vista nosso sucesso e a posição de liderança no mercado de nicho que atuamos, identificamos a possibilidade de atender a demanda repressada de outros produtos correlacionados à nossa operação, oferecendo crédito para personagens que orbitam dentro do ambiente que já atuamos. Para que pudéssemos crescer nesse sentido, em 2021 solicitamos ao Banco Central do Brasil a autorização para atuarmos como SCFI. Após criteriosa análise do regulador, a autorização foi nos outorgada em 25 de fevereiro de 2022.

A EMPRESTA Capital investiu na qualificação de sua equipe e aprimorou seus processos internos, a fim de atender as novas demandas como SCFI. Mantivemos um acompanhamento constante das empresas e pessoas físicas que compõem nossa carteira de clientes, identificando oportunamente quaisquer sinais de inadimplência e tomando medidas preventivas para minimizar perdas. Todo esse esforço se refletiu em um índice de inadimplência dentro de nossa média histórica, adequado para o perfil de risco da carteira, demonstrando a efetividade das políticas de gerenciamento de riscos da empresa.

Entre políticas e normativas, a instituição conta com 45 documentos de aplicação obrigatória por colaboradores e diretores, elaborados de acordo com as diretrizes dos Órgãos Reguladores e as estratégicas traçadas pelo Conselho Consultivo.

Cenário Econômico

Para o âmbito doméstico, o conjunto de indicadores recentes sugere um cenário de desaceleração gradual. A divulgação do PIB referente ao primeiro trimestre de 2023 surpreendeu positivamente, com grande parte da contribuição de tal surpresa no desempenho da agropecuária, porém com menor dinamismo nos setores mais cíclicos da economia. O mercado de trabalho, que surpreendeu positivamente ao longo de 2022, tem apresentado certa resiliência, com aumento líquido nos postos de trabalho e relativa estabilidade na taxa de desemprego.

Ademais, a inflação ao consumidor se reduziu no período recente, com destaque para as dinâmicas em bens industriais e alimentos. Os componentes mais sensíveis ao ciclo econômico e à política monetária, que apresentam maior inércia inflacionária, apresentaram uma incipiente melhora, mas mantêm-se acima do intervalo compatível com o cumprimento da meta para a inflação. As expectativas de inflação para 2023 e 2024 apuradas pela pesquisa recuaram e encontram-se em torno de 5,1% e 4,0%, respectivamente.

No cenário de referência, as projeções de inflação do Copom situam-se em 5,0% para 2023 e 3,4% para 2024. As projeções para a inflação de preços administrados são de 9,0% para 2023 e 4,6% para 2024.

O cenário de concessão de crédito doméstico mostra-se compatível com o atual estágio do ciclo de política monetária. O Comitê antecipa uma moderação na concessão do crédito ao longo dos próximos meses, mas em linha com o que se observou em ciclos anteriores de aperto de política monetária. O Comitê reforça que o Banco Central possui os instrumentos de liquidez apropriados e necessários, ligados à política macro prudencial, para tratar de fricções relevantes localizadas no sistema, caso ocorram.

Considerando os cenários avaliados, o balanço de riscos e o amplo conjunto de informações disponíveis, o Copom, em sua reunião de 20 e 21 de junho de 2023, decidiu manter a taxa básica de juros em 13,75% a.a. O Comitê entende que essa decisão é compatível com a estratégia de convergência da inflação para o redor da meta ao longo do horizonte relevante, que inclui os anos 2024. Sem prejuízo de seu objetivo fundamental de assegurar a estabilidade de preços, essa decisão também implica suavização das flutuações do nível de atividade econômica e fomento do pleno emprego.

O Copom conduzirá a política monetária necessária para o cumprimento das metas e avalia que a estratégia de manutenção da taxa básica de juros por período prolongado tem se mostrado adequada para assegurar a convergência da inflação. O Comitê reforça que irá perseverar até que se consolide não apenas o processo de desinflação como também a ancoragem das expectativas em torno de suas metas. O Comitê avalia que a conjuntura demanda paciência e serenidade na condução da política monetária e relembra que os passos futuros da política monetária dependerão da evolução da dinâmica inflacionária, em especial dos componentes mais sensíveis à política monetária e à atividade econômica, das expectativas de inflação, em particular as de maior prazo, de suas projeções de inflação, do hiato do produto e do balanço de riscos.

Captação

Nossa captação está concentrada na emissão de Certificados de Depósito Bancário (CDBs) negociados nas principais plataformas digitais de investimento do Brasil. Todos os títulos emitidos foram disponibilizados por Distribuidoras de Títulos e Valor Mobiliários (DTVMs) de renome e possuem garantia do Fundo Garantidor de Crédito, cumprindo todo os requisitos legais e operacionais demandados por reguladores.

Números de Clientes

Em consonância com o contínuo movimento de progresso, a organização expandiu seu alcance abarcando tanto indivíduos quanto entidades empresariais, resultando em um total de 17.941 clientes ativos em junho de 2023. Desse montante, 17.669 são clientes de natureza física, ao passo que 272 são de natureza jurídica.

Inadimplência

Ao mantermos a estratégia de atuação no mesmo segmento de mercado, trabalhando com os produtos e soluções com um público que já conhecemos e atuamos de longa data, fomos capazes de manter a inadimplência dentro do patamar histórico da carteira.

Na posição de 30/06/2023, a inadimplência total da carteira acima de 61 dias era de 7,86%. Os valores constituídos como provisão para perdas de crédito na carteira de empréstimos seguem o regramento estabelecido pela Resolução 2682 do Banco Central.

Resultados

No exercício do primeiro semestre de 2023, a RPW S/A SCFI apresentou um resultado líquido negativo de BRL 1.079 mil. No período, a carteira de crédito atingiu o volume de BRL 109.694 mil em junho/23, com um crescimento 11,03% com relação a carteira de crédito em dezembro/22, que totalizava BRL 98.793 mil. O crescimento orgânico da carteira é sustentado e possui perspectiva de crescimento contínuo para os próximos semestres.

Além disso, o volume de depósitos a prazo em CDB também aumentou, totalizando BRL 126.558 mil em junho/23, contra BRL 118.507 mil em dezembro/22. O crescimento das captações, de 6,79% no semestre, sustentou o crescimento da carteira de crédito. O volume de ativos totais somou BRL 147.532 mil em junho/23, crescendo 4,30% em relação ao observado no final do ano de 2022. Projetamos a continuidade do crescimento orgânico da carteira para o exercício de 2023, e reversão do resultado negativo observado no 1º semestre de 2023 até o final do exercício.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos clientes, investidores e parceiros que nos honram com o seu apoio e confiança, e aos nossos colaboradores pelo seu comprometimento diário para mantermos a perenidade de nossa companhia

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Administradores e Acionistas da
RPW S.A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento
São Paulo - SP

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras da RPW S.A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos descritos na seção “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da RPW S.A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento em 30 de junho de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião com ressalvas

Insuficiência de provisão sobre operações de crédito

Conforme Nota Explicativa nº 06 às demonstrações financeiras, em 30 de junho de 2023, a Instituição possui operações de crédito, adquiridas em operação de recompra junto ao FIDC RPW Microfinanças, cujo montante líquido de provisões é de R\$ 32.001 mil, para os quais a administração, baseando-se na excepcionalidade prevista no art 5º da Resolução 2.682/99, elaborou metodologia própria de provisionamento, baseada em perda esperada da carteira partindo-se do histórico de inadimplência e recuperabilidade histórica e considerando as características dos recebíveis e perfil dos devedores.

No entanto, em teste realizado em consonância com Resolução no 2.682/99 levando em consideração a classificação do maior risco por devedor consolidado, identificamos que tais ativos necessitariam de um complemento de provisionamento no montante de R\$ 494 mil. Desta forma, em 30 de junho de 2023, o ativo, o resultado do período e o patrimônio líquido estão superavaliados em R\$ 494 mil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Ênfase sobre a retificação dos valores correspondentes

Chamamos atenção à Nota Explicativa nº 21 às demonstrações contábeis, que apresenta as mudanças na apresentação adotada pela Instituição para o semestre findo em 30 de junho de 2023, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados para melhor apresentação. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.
Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de maio de 2024

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Rafael Dominguez Barros
Contador CRC 1SP-208.108/O-1

RPW S/A SOCIEDADE DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Balancos patrimoniais

Em 30 junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota Explicativa	30/06/2023	31/12/2022		Nota Explicativa	30/06/2023	31/12/2022
Circulante		114.951	63.677	Circulante		61.594	68.873
Caixa e Equivalente de Caixa	4	14.680	22.981	Depósitos a prazo	9	59.318	65.868
Disponibilidades		14.680	22.981	CDB		59.318	65.868
Operações de Crédito	6	80.229	26.696	Obrigações por Empréstimos e Repasses		-	-
Empréstimos Concedidos		54.756	4.289	Outras obrigações	10	2.276	3.005
Títulos Descontados		24.161	18.425	Cobrança e arrecadação tributos		64	64
Outros Empréstimos		7.641	7.641	Fiscais e previdenciárias		316	669
(-) Provisão s/Perdas Oper.Crédito		(6.329)	(3.659)	Obrigações sociais e trabalhistas		306	224
Outros créditos	7	8.438	3.759	Diversas		1.590	2.048
Adiantamentos concedidos	7.1	5.707	2.289	NÃO CIRCULANTE			
Créditos Tributários	7.2	545	545	Depósitos a prazo	9	67.240	52.639
Impostos a compensar	7.3	1.317	448	CDB		67.240	52.639
Outros devedores	7.4	869	477				
Outros valores e bens	7.4	11.604	10.241	Patrimônio líquido	11	18.698	19.939
Diferimento de custos		11.604	10.241	Capital Social		11.000	11.000
NÃO CIRCULANTE		32.581	77.774	Reserva legal		695	695
Títulos e Valores Mobiliários	5	691	690	Reservas especiais de lucros		8.082	8.244
Operações de crédito	6	30.775	75.085	Prejuízos acumulados		(1.079)	-
Empréstimos Concedidos		26.168	46.284				
Títulos Descontados		4.609	29.795	TOTAL PASSIVO E DO PATRIMONIO LÍQUIDO		147.532	141.451
(-) Provisão s/Perdas Oper.Crédito		(2)	(994)				
Imobilizado	8	1.115	1.999				
Imobilizado		1.115	1.999				
TOTAL ATIVO		147.532	141.451				

As notas explicativas da Administração integram as demonstrações financeiras.

RPW S/A SOCIEDADE DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Demonstração do resultado

Semestre findo em 30 junho de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

RECEITAS	Nota Explicativa	30/06/2022	
		30/06/2023	Não Auditado
Receitas de Intermediação Financeira		20.939	17.913
Operações de Crédito		20.750	19.217
Resultado de títulos e valores mobiliários		189 -	1.304
Despesas de Intermediação Financeira		- 12.833	- 975
Operações de Captação mercado		- 8.265	- 61
Provisões para perdas esperadas ao risco crédito		- 4.568	- 914
Resultado Bruto Intermediação financeira	13	8.106	16.938
Outras Receitas e Despesas Operacionais		- 9.185	- 18.395
Receitas prestação serviço		3.311	2.722
Despesas de Pessoal	14	- 1.622	- 1.197
Outras Despesas Administrativas	15	- 9.450	- 8.549
Despesas Tributárias		- 1.091	- 700
Despesas com Cessão de Operações		-	10.315
Outras Despesas Operacionais		- 333	- 356
Resultado Operacional		- 1.079	- 1.457
Resultado Não Operacional		-	-
Resultado antes I.Renda e C.Social		- 1.079	- 1.457
Ativo Fiscal Diferido		-	19
Imposto de Renda	17	-	-
Contribuição social	17	-	-
Resultado Líquido		- 1.079	- 1.438

As notas explicativas da Administração integram as demonstrações financeiras.

RPW S/A SOCIEDADE DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Demonstração do Resultado Abrangente
Semestre findo em 30 junho de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	30/06/2023	30/06/2022
		Não Auditado
Lucro Líquido:	(1.079) -	1.438
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente do Semestre:	(1.079)	(1.438)

As notas explicativas da Administração integram as demonstrações financeiras.

RPW S/A SOCIEDADE DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para o semestre findo em 30 de junho de 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de lucros		Prejuízos Acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva especial de lucros		
Saldos em 1º de janeiro de 2022	11.000	347	1.644	-	12.991
Lucro líquido	-	-	-	6.948	6.948
Reserva Legal	-	348	-	(348)	-
Reserva especiais de lucros	-	-	5.720	(5.720)	-
Juros sobre o capital Próprio	-	-	880	(880)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	11.000	695	8.244	-	19.939
Mutações no exercício	-	348	6.600	-	6.948
Saldos em 1º de janeiro de 2023	11.000	695	8.244		19.939
Resultado líquido	-	-	-	(1.079)	(1.079)
Juros sobre capital Próprio	-	-	(162)		(162)
Saldos em 30 de Junho de 2023	11.000	695	8.082	(1.079)	18.698
Mutações no semestre	-	-	162	1.079	(1.241)

As notas explicativas da Administração integram as demonstrações financeiras.

RPW S/A SOCIEDADE DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Demonstração dos fluxos de caixa - Método Indireto

Semestre findo em 30 junho de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	30/06/2023	30/06/2022 Não auditado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do semestre	(1.079)	(1.438)
Ajustes lucro líquido com o caixa gerado nas atividades operacionais		
Depreciação	229	215
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.678	914
(Aumento) Redução dos Ativos operacionais		
Títulos e valores mobiliários	(1)	1.341
Operações de crédito	(10.901)	(4.054)
Outros créditos	(6.042)	(671)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Outras obrigações	(729)	(6.738)
	-	-
Caixa líquido das atividades operacionais	(16.845)	(10.431)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisições/baixas Ativo Imobilizado	655	-
Caixa líquido das atividades de investimento	655	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos com Instituições Financeiras	-	4
Depósito à prazo	8.051	10.157
Juros sobre o capital próprio	(162)	-
Caixa líquido das atividades de financiamento	7.889	10.161
Variação no caixa e equivalentes de caixa	(8.301)	(270)
Caixa e equivalente de caixa no início do semestre	22.981	2.022
Caixa e equivalente de caixa no final do semestre	14.680	1.752

As notas explicativas da Administração integram as demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS **(Em R\$ Milhares)**

1. Contexto operacional

A RPW S/A SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (“RPW”) nova denominação da RPW Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte S.A., (nome fantasia EMPRESTA CAPITAL) iniciou suas atividades no ano de 2004, tendo seu endereço atual de registro e funcionamento da sede na Alameda Santos, 787, 2º andar – conjunto 21, no bairro da Cerqueira Cesar, na cidade de São Paulo, estado do São Paulo.

A **RPW** tem como objetivo principal a concessão de empréstimos e financiamentos a pessoas físicas e jurídicas constituídos na forma de microempreendedores e empresas de pequeno porte, com vistas à viabilização de empreendimentos de natureza profissional comercial ou industrial de pequeno porte, e quaisquer outras operações admitidas a sociedades da mesma natureza, equiparando-se às instituições financeiras para os fins legais.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, Lei do Sistema Financeiro Nacional (nº 4.595/1964) e normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN, do Banco Central do Brasil - Bacen e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, quando aplicável. Com intuito de reduzir gradualmente a assimetria da divulgação das demonstrações financeiras entre o padrão contábil previsto no Cosif em relação às normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), o Banco Central através da Resolução CMN nº 4.818/2020, regulamentou novos procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e através da Resolução BCB nº 2/2020 estabeleceu as diretrizes que passaram ser aplicadas a partir de 01/01/2021, de maneira prospectiva. Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais operações e avaliações significativamente impactadas por estimativas são: provisões de perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisão para passivos cíveis e tributários, valor justo dos instrumentos financeiros, impostos diferidos e vida útil do ativo imobilizado.

b) Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em Reais (R\$ 1,00), sendo o Real a moeda funcional da RPW.

c) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

d) Plano de Continuidade

Visando a adequação do requerimento mínimo de PRS5, a RPW está adotando um Plano de Continuidade, devidamente apresentado ao regulador, que contempla: I-) Aumento de Capital dos atuais BRL 11.000 (onze milhões de reais) para BRL 20.000 (vinte milhões de reais, e II-) Migração para segmento S4 a partir de setembro/23. Para tanto, adotará todas as providências previstas na Resolução nº 4.606/2017 do BC, em particular aquelas previstas em seu Art. 16º.

A RPW realizou estudo prévio com consultoria especializada, visando atender a toda demanda regulatória de relatórios internos, políticas, procedimentos e normativos para o gerenciamento integrado dos riscos dentro do cenário de S4. Com as duas providências a serem tomadas, o Índice de Basileia ficará em 17% em setembro/23, acima do mínimo requerido para S4, que é 10,5%.

3. Principais práticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela RPW na gestão das obrigações de curto prazo.

b) Ativos financeiros não derivativos

A RPW reconhece os créditos concedidos e demais recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a RPW se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Foram adotados os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) homologados pelo CMN e pelo BACEN.

A RPW desconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a RPW transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela RPW em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a RPW tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A RPW classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

c) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

De acordo com o estabelecido pela Circular BCB nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, atendendo aos critérios de contabilização da resolução do Banco Central do Brasil. Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a RPW gerência tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e a estratégia de investimentos documentados pela companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

d) Contas a receber de empréstimos e financiamentos

As operações de crédito são atualizadas mensalmente e seus valores expressam o saldo devedor acrescidos de rendimentos "pro-rata" até a data de cálculo (último dia de cada mês). As rendas de operações ativas são apropriadas de forma "pro rata" dia. As operações prefixadas são registradas pelo valor de resgate reduzido pelos encargos a apropriar. Contas a receber de créditos sob a forma de empréstimos e financiamentos são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os saldos não liquidados no período contratual são reclassificados para outras operações e mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

e) Operações de Crédito

As operações de crédito estão com seus valores atualizados e expressos pelo valor principal, acrescidos dos rendimentos e encargos decorridos até a data do balanço patrimonial. As rendas de operações ativas são apropriadas de forma “pro rata” dia. As operações prefixadas são registradas pelo valor de resgate reduzido pelos encargos a apropriar. As operações de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando-se os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/1999 do CMN, a qual requer a classificação da carteira em nove níveis, sendo “AA” risco mínimo e “H” risco máximo. Ainda devem ser considerados os períodos e atrasos definidos conforme Resolução nº 2.682/1999 do CMN, para atribuições dos níveis de classificação dos clientes. As rendas de operações de crédito vencidas a mais de 60 dias são reconhecidas como receitas quando do seu efetivo recebimento, como determinado no artigo 9º da Resolução nº 2.682/1999 do CMN.

f) Provisão de devedores duvidosos

As operações de empréstimos e financiamentos são classificadas, em ordem crescente de risco e faixas de vencimentos, e são efetuadas com base em critérios consistentes e verificáveis, amparadas por informações internas e externas, nos moldes da Resolução 2.682 do Banco Central do Brasil, contemplando, pelo menos, os seguintes aspectos: em relação ao devedor e seus garantidores: situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, pontualidade e atrasos nos pagamentos e limite de crédito; em relação à operação: natureza e finalidade da transação e valor. As provisões são constituídas em montantes suficientes para fazer face a perdas prováveis na realização dos créditos.

g) Passivos financeiros não derivativos

A RPW reconhece inicialmente os títulos de dívida emitidos e passivos subordinados na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação, que é a data na qual a RPW se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A RPW desconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

h) Imposto de Renda e Contribuição Social

Foi constituída obrigação fiscal para pagamento do Imposto de Renda à alíquota base de 15% sobre o lucro ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal, mais o adicional de 10%, para o lucro ajustado acima de R\$ 240 (duzentos e quarenta mil reais) anual. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) no caso das sociedades de crédito, financiamento e investimentos a alíquota é de 15%.

i) Resultados recorrentes e não recorrentes

A classificação em recorrente e não recorrente é apresentada de forma segregada e obedece à Resolução BCB nº 2/2020. Resultado recorrente é aquele que está relacionado com as atividades da Financeira ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto o resultado não recorrente é aquele resultante de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro. A avaliação para resultado não recorrente é realizada a cada semestre e em caso de ter algum evento será destacado em nota explicativa.

j) Utilização de Estimativas

Para a preparação das demonstrações financeiras ao viés das técnicas contábeis, demanda que a Administração faça uma previsão quanto ao valor de itens que considera as melhores evidências disponíveis e determine valores estimados e suposições que possam afetar alguns valores apresentados nas demonstrações e as notas explicativas às demonstrações financeiras. Assim, os resultados efetivos poderão ser díspares de tais estimativas.

K) Imobilizado

Reconhecimento e Mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e de quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment).

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens.

L) Capital social

A Sociedade é formada por quotas de capital, com valor nominal de R\$ 1,34, e é composta e mensurada pelo valor histórico das subscrições realizadas pelos sócios-quotistas

4. Disponibilidades

Os valores em disponibilidades estão concentrados em contas correntes de Bancos Comerciais.

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa	2	1
Bancos contas movimento	14.678	22.980
Total	<u>14.680</u>	<u>22.981</u>

5. Títulos e valores mobiliários

Os valores de títulos e valores mobiliários estão aplicados em Cotas de Fundos de Investimentos. Em 31/12/2022, o valor estava em circulante (curto prazo). Para melhor adequação, está sendo apresentado em Não Circulante no balanço patrimonial, conforme o prazo de vencimento.

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Cotas de fundos de investimentos	11	10
Debêntures - títulos mantidos até o vencimento (i)	680	680
Total	<u>691</u>	<u>690</u>

(i) Data de emissão privada das debêntures simples, subordinadas, não conversíveis em ações e não endossáveis em 22/12/2021 e o prazo de vencimento é de 180 (cento e oitenta) meses. Com o custo de compra de R\$ 682 mil e valor nominal unitário de subscrição de R\$ 1.000,00.

6. Operações de Crédito

Estão representados por operações de crédito sob a forma de empréstimos e títulos descontados, que totalizaram R\$ 109.694 em 2023. Sendo R\$ 80.924 de empréstimos, R\$ 28.770 de títulos descontados e R\$ 7.641 de operações com características de concessão de crédito, oriundas dos efeitos de recompra das operações do FIDC Microfinanças ocorrida em jul/22. A taxa média dos contratos de empréstimo é de 4,65%. Títulos descontados possuem taxa média de 2,01% ao mês e outras operações com características de concessão de crédito.

A PECLD foi constituída com base nos critérios de classificação das operações de crédito definidos pela Resolução nº 2.682/1999 do CMN.

6.1 - Segregação das operações de crédito entre curto e longo prazo

Em 31/12/2022, o valor das operações de crédito estava 100% em circulante (curto prazo). Para melhor apresentação em 30/06/2023 no balanço patrimonial, os valores foram abertos em “Não Circulante”, conforme o prazo de vencimento das operações.

	30/06/2023		
	<u>Circulante</u>	<u>Longo Prazo</u>	<u>Total</u>
Empréstimos	54.756	26.168	80.924
Títulos Descontados	24.161	4.609	28.770
	78.917	30.777	109.694
	(6.329)	(2)	(6.331)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	72.588	30.775	103.363
	31/12/2022		
	<u>Circulante</u>	<u>Longo Prazo</u>	<u>Total</u>
Empréstimos	4.289	46.284	50.573
Títulos Descontados	18.425	29.795	48.220
	22.714	76.079	98.793
	(3.659)	(994)	(4.653)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	19.055	75.085	94.140

6.2 - Classificação por tipo de operação e prazo de vencimento

	Prazo de Vencimento					30/06/2023
	A vencer até 3 meses	A vencer de 3 a 12 meses	A vencer de 1 a 3 anos	A vencer de 3 a 5 anos	A vencer de 5 a 15 anos	Total
	Vencidos					
Empréstimos	1.388	16.593	36.775	25.386	782	80.924
Títulos Descontados	8.302	5.722	10.137	4.572	37	28.770
Total antes da provisão para crédito de liquidação duvidosa	9.690	22.315	46.912	29.958	819	109.694
						0

6.3 - Classificação carteira de crédito nível de risco

Níveis de risco	%	30/06/2023		31/12/2022	
		Carteira	Provisão	Carteira	Provisão
A	0,5	95.246	(476)	89.351	(457)
B	1	2.122	(21)	1.809	(18)
C	3	3.709	(111)	1.534	(46)
D	10	1.479	(148)	979	(98)
E	30	1.053	(316)	802	(241)
F	50	966	(483)	695	(347)
G	70	1.145	(802)	589	(412)
H	100	3.974	(3.974)	3.034	(3.034)
Operações Crédito		109.694	(6.331)	98.793	(4.653)

7. Outros Créditos

7.1 - Adiantamentos concedidos

	30/06/2023	31/12/2022
Adiantamentos salariais	57	4
Adiantamentos a prestadores de serviços	2.968	820
Antecipações aos sócios	2.682	1.465
	5.707	2.289

7.2 - Créditos Tributários

Impostos Diferidos - Créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social até 31/12/2022. Em 2023 optou-se por não contabilizar crédito tributário.

Risco	2022		
	Operações	%	PECLD
A	89.341	0,50	447
B	1.809	1,00	18
C	1.534	3,00	46
D	979	10,00	98
E	802	30,00	240
F	695	50,00	347
G	589	70,00	412
H	3.044	100,00	3.044
Base IRPJ/CSLL Diferidos			1.609
IRPJ Diferido			400
CSLL Diferido			145
Total imposto diferido			545

A RPW não possui direitos sobre compensação de prejuízos fiscais acumulados, bem como não constituiu ativos diferidos desta natureza. Por outro lado, a RPW possui direitos sobre despesas temporariamente dedutíveis sobre a provisão para devedores duvidosos, cuja perda definitiva ainda não reuniu as condições de dedutibilidade permitida pelas regras do imposto de renda, tendo constituído créditos tributários de diferenças temporárias, cujo VP é R\$ 585 em junho/23.

O reconhecimento integral deste ativo decorre da avaliação pela Administração de sua capacidade de geração de lucros futuros para fazerem frente à dedução das referidas perdas, se ocorrerem, ou da reversão da provisão em caso de recuperação dos créditos nos próximos cinco anos. Há expectativa de realização desse crédito é no exercício de 2024.

De acordo com o Art. 4º inciso II da Resolução CMN nº 4.842/20, a RPW pode efetuar o registro contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de impostos de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e aqueles decorrentes de diferenças temporárias desde que apresente histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de IRPJ e CSLL em pelo menos 3 (três) dos últimos 5 (cinco) anos, incluindo o exercício corrente.

7.3 - Impostos a compensar

Refere-se a impostos pagos por antecipação do próprio exercício ou retidos nas aplicações da Companhia, que serão compensadas na declaração do imposto de renda da pessoa jurídica:

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Impostos recolhidos a maior	1.317	448

7.4 - Diversos

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caução aluguel	205	90
Outros devedores	476	387
Bloqueios Judiciais a ressarcir	188	-
	869	477
	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Diferimento de custos (i)	11.604	10.241

(i) Diferimento de no montante de R\$ 11.604, refere-se a despesas que contribuem para originação de operações de crédito, as quais são diferidas pelo prazo médio da carteira, que em 2023 foi de 22 meses, mesmo prazo de 2022.

8. Imobilizado

O ativo imobilizado está registrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Não foram evidenciadas perdas no período, desta forma não se aplica a redução ao valor recuperável (Impairment). A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear com base na vida útil. O ativo imobilizado apresentou a seguinte movimentação:

	<u>Equip Proces.</u> <u>dados</u>	<u>Instalações</u>	<u>Móveis e</u> <u>utensílios</u>	<u>Veículos</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/2022	324	209	237	2.580	3.350
Adições - -	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	(1.206)	(1.206)
Saldo em 30/06/2023	324	209	237	1.374	2.144
Depreciação					
Saldo em 31/12/2022	(269)	(15)	(152)	(915)	(1.351)
Depreciações	-	-	(8)	330	322
Saldo em 30/06/2023	(269)	(15)	(160)	(585)	(1.029)

9. Depósitos a prazo

	<u>31/12/2022</u>			
<u>Certificado de Depósito</u>				
<u>Bancário</u>	<u>Em até 3 meses</u>	<u>De 3 meses a 12 meses</u>	<u>De 1 ano a 3 anos</u>	<u>Total</u>
Não Ligadas	20.117	45.751	52.639	118.507
Partes Relacionadas	-	-	-	-
Deposito a Prazo	20.117	45.751	52.639	118.507

				<u>30/06/2023</u>
<u>Certificado de</u>			<u>De 1 ano</u>	
<u>Depósito Bancário</u>	<u>Em até 3 meses</u>	<u>De 3 meses a 12 meses</u>	<u>a 3 anos</u>	<u>Total</u>
Não Ligadas (i)	30.054	29.264	67.240	126.558
Partes Relacionadas	-	-	-	
Deposito a Prazo	30.054	29.264	67.240	126.558

(i) Certificados de Depósitos Bancários (CDB) pós-fixados, vinculadas às variações diárias do CDI com remuneração média de 115,82% da variação do CDI e prazo médio de emissão de 603 dias, exclusivamente negociado com corretoras parceiras. Em 31/12/2022, o valor estava em circulante (curto prazo). Para melhor apresentação em 30/06/2023, os valores foram abertos no Balanço Patrimonial em Não Circulante (longo prazo), conforme o prazo de vencimento das operações.

10. Outras Obrigações

10.1 - Fiscais e Previdenciárias

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
	316	669
Contribuição social sobre o lucro	0	53
Impostos e contribuições de terceiros	24	61
PIS, a COFINS e ISS próprio	201	487
Impostos e contribuições sobre salários	91	68

10.2 - Diversas

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
	1.590	2.048
Obrigações para aquisição de bens e direitos (i)	1205	1.846
Fornecedores	56	3
Provisão para pagamento a efetuar – Seguros retidos	22	22
Credores diversos – País	307	177

(i) Dos R\$ 1.205 em 31/12/2023, o valor de R\$ 1.011 é referente de CDCs de veículos adquiridos.

11. Patrimônio líquido

Capital Social: O capital social subscrito e integralizado é de R\$11.000 (onze milhões de reais), dividido em (i) 2.400.000 (dois milhões, quatrocentas mil) ações ordinárias, nominativas, de valor nominal de R\$ 1,34 (um real e trinta e quatro centavos) cada uma, indivisíveis em relação a sociedade; (ii) 1.200.000 (um milhão e duzentos mil) ações preferenciais de classe A, nominativas, sem direito a voto, sem valor nominal; e (iii) 4.607.142 (quatro milhões, seiscentos e sete mil, cento e quarenta e duas) ações preferenciais de classe B, nominativas, com direito a voto, sem valor nominal pertencente a acionistas domiciliados no País.



Lucros ou Prejuízos Acumulados: a Instituição apresentou prejuízo no 1º semestre de 2023 no valor de - R\$ 1.079 (um milhão e setenta e nove reais).

Referente a resultados de exercícios anteriores foram constituídas as seguintes reservas:

- Reserva Legal: montante de R\$ 695 (seiscentos e noventa e cinco mil reais) na data, calculada nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76 à razão de 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social;
- Dividendos: Conforme estatuto social da Instituição, o dividendo mínimo obrigatório não deverá ser inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado. Em 2022, não distribuído por deliberação dos sócios, deixando assim os 25% sobre o lucro líquido como reserva especial, um montante de R\$ 1.650 (cinco milhões setecentos e treze mil reais);
- Juros sobre o Capital Próprio: No valor de R\$ 880 (setecentos e dezoito mil reais). Capital ajustado, corrigido pela TJLP, sendo retido 15% de Imposto de Renda na Fonte com juros e multa;
- Outras Reservas: no valor de R\$ 8.082 (oito milhões e oitenta e dois mil) referente ao resultado de acumulados até 30/06/2023.

12. Provisão para contingências

A Administração não identificou montantes a serem provisionados. Essa informação foi obtida com base em informações de seus assessores jurídicos e seguindo critério de reconhecimento das provisões estabelecido pelo CPC 25 (IAS 37), que determina que uma provisão deve ser reconhecida quando: i) a entidade tiver uma obrigação presente decorrente de um evento passado; ii) for provável que os recursos sejam exigidos para liquidar tal obrigação; e iii) o montante da obrigação puder ser estimado com suficiente segurança.

A RPW S/A SCFI possui 28 ações que tramitam no Judiciário onde é polo passivo da ação, das quais 20 (71% do total) são consideradas de probabilidade remota de perda. No total, as causas possíveis somam o montante de R\$ 930 (novecentos e trinta). Estas são ações judiciais em curso, propostas em sua massa por devedores que tiveram alguma demanda judicial de execução proposta pela instituição e/ou alguma outra situação, e em que os devedores entraram com uma demanda contrária. Estas ações se encontram em fase inicial do processo de discussão. Por decorrência, entende a instituição que a probabilidade de qualquer perda financeira no processo é baixíssima, não havendo necessidade de provisionamento.

Apenas 8 ações (29% do total), têm considerada a probabilidade de perda avaliada como “possível”. São ações judiciais em curso, onde ainda não se possui um posicionamento definitivo seja da instância decisória, seja de jurisprudência consolidada, sobre como o assunto em discussão deve ser tratado no Judiciário.

Sendo assim, cada caso é analisado de forma distinta pelas cortes do território nacional. Para estas situações há boa margem de discussão e apresentação de provas documentais para cada caso avaliado. Cada caso foi avaliado profundamente em comitê da administração com o jurídico externo, onde a conclusão é que a viabilidade de sucesso da instituição financeira na demanda existente é elevada, com bons fundamentos documentais de defesa e possibilidade de ampla discussão em instancias superiores. Desta forma, a administração entende que estes casos podem ser conceituados como perda apenas possível, sem necessidade de provisionamento específico.

13. Resultado de Intermediação Financeira

As receitas de operações de crédito estão representadas, substancialmente, pelo reconhecimento dos juros aplicados sobre as operações de crédito concedidas pela RPW S/A SCFI.

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u> Não auditado
<u>Resultado da Intermediação financeira</u>	<u>8.106</u>	<u>16.938</u>
Operações de Crédito	20.750	19.217
Receita de títulos e valores mobiliários	189	(1.304)
Operações de Captação mercado	(8.265)	(61)
Provisões para perdas ao risco crédito	(4.568)	(914)

14. Despesa com pessoal e honorários

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u> Não auditado
	<u>1.622</u>	<u>1.197</u>
Despesa Pró-labore diretoria	33	39
Despesa de pessoal-Benefícios	463	260
Despesa de pessoal-Encargos sociais	181	210
Despesa de pessoal-Proventos	766	672
Despesa de pessoal-Treinamento	49	10
Despesa de pessoal-Remuneração de estagiários	18	6
Participações no lucro	112	-

15. Outras despesas administrativas

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u> não auditado
	<u>9.450</u>	<u>8.549</u>
Aluguel	367	255
Despesa de processamento dados	760	480
Serviços técnicos especializados	1.344	2.937
Comunicação	160	119
Serviços do sistema financeiro	236	187
Despesas com Transporte	72	65
Serviços de terceiros	4.430	2.189
Despesas de Propaganda e Publicidade	329	330
Despesa Manutenção e conservação	28	79
Outras despesas administrativas (i)	1.724	1.908

- (i) O valor de R\$ 1.724 de Outras despesas administrativas, compreende despesas gerais como correios, taxas, copa/limpeza e demais despesas inclusas no cartão corporativo.

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u> Não auditado
<u>Serviços técnicos especializados</u>	<u>1.344</u>	<u>2.189</u>
Despesa com serviços contábeis	215	47
Despesa com assessoria jurídica	1.072	2.091
Despesa com suporte de informática	57	51
<u>Serviços de terceiros</u>	<u>4.430</u>	<u>2.937</u>
Despesa com serviços de proteção ao crédito	42	23
Despesa com cartório	8	4
Despesa com comissão	3.997	2.680
Despesa com auditoria/Consultoria (i)	334	216
Outras despesas com serviços de terceiros	49	14

16. Partes relacionadas

As operações entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade. A transação que a RPW tem com partes relacionadas um empréstimo concedido a Holding no montante de R\$ 476 mil a ser liquidado em 43 meses, com taxa nominal de 1,4000% a.m. e taxa efetiva de 1,48461% a.m., com primeiro vencimento em 15/02/2023 e último vencimento em 15/01/2027.

17. Demonstração do cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro

A Instituição está sujeita ao regime de tributação do Lucro Real anual e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda e Contribuição Social.

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u> Não auditado
Lucro antes do IRPJ e CSLL	(1.079)	(1.457)
Adições	4.798	917
(Exclusões)	(3.612)	(543)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-
Base de cálculo	107	(1.083)
IRPJ à alíquota de 15%	16	-
Incentivos Fiscais - PAT (a)	(16)	-
IRPJ à alíquota de 10% sobre adicional	-	-
CSLL à alíquota de 15%	16	-
Total	-	-

18. Adequação ao Acordo de Capitais – BASILEIA

A Instituição utiliza a metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado - PRS5. O Índice de Basileia Simplificado ficou em 15,84% em junho de 2023, que ficou abaixo dos 17% exigidos para S5.

Visando a adequação deste índice ao mínimo requerido, a RPW está adotando providencias de regularização, conforme descritas no Item 21 – Eventos Subsequentes: i-) Aumento de Capital dos atuais BRL 11.000 (onze milhões de reais) para BRL 20.000 (vinte milhões de reais, realizado em 31/08/2023, que está em processo de aprovação junto ao Banco Central e ii-) migração para segmento S4 a partir de setembro/23; para tanto, adotará todas as providencias previstas na Resolução nº 4606/2017 do BC, em particular aquelas previstas em seu Art. 16º.

A RPW realizou estudo prévio com consultoria especializada, visando atender a toda demanda regulatória de relatórios internos, políticas, procedimentos e normativos para o gerenciamento integrado dos riscos dentro do cenário de S4. Com estas providencias, estimamos que o Índice de Basileia ficará em 16,32% em setembro/23, acima do mínimo requerido para S4, que é 10,5%.

Basileia III - Indicadores de Risco - S5	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Patrimônio de Referência Simplificado (PRS5)	18.698	19.939
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	118.032	106.216
PR Mínimo requerido para o RWA	20.065	18.057
Índice Basileia	15,84%	18,77%

19. Gestão Integrada de Riscos e de Capital

A EMPRESTA Capital busca a excelência nas práticas de governança corporativa, bem como a transparência na gestão das diversas atividades da empresa. A estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Capital implementada atua em linha com a sua estratégia e seu modelo de negócios, e é compatível com a natureza das operações, a relevância de exposição a riscos, e com a importância sistêmica da Instituição.

Visando assegurar que a EMPRESTA Capital construa um futuro sólido e sustentável, a estrutura de Gerenciamento de Riscos trabalha de forma centralizada e integrada, para garantir que todos os riscos por ela incorridos sejam devidamente identificados, mensurados, avaliados, monitorados, controlados, mitigados e reportados. Composta por responsáveis específicos para cada um dos riscos, os quais subsidiam, através de um Comitê de Riscos, a alta administração da Organização em decisões estratégicas, esta estrutura dispõe de uma área cuja competência é avaliar os riscos incorridos pela Instituição de forma integrada.

Em conformidade com a Resolução 4.557/17 do Banco Central, o gerenciamento integrado de riscos atua de forma independente das áreas de negócios, e cujas atribuições abrangem:

- Supervisionar o desenvolvimento, a implementação e o desempenho da estrutura de gerenciamento de riscos, incluindo seu aperfeiçoamento;
- Adequar as políticas, os processos, os relatórios, os sistemas e os modelos utilizados no gerenciamento de riscos aos objetivos estratégicos da EMPRESTA Capital;
- Promover a adequada capacitação dos integrantes da unidade de gerenciamento de riscos, acerca dos seus modelos, políticas, processos, relatórios e sistemas;
- Subsidiar e participar do processo de tomada de decisões estratégicas relacionadas ao gerenciamento de riscos e capital.

Visando fortalecer a Gestão de Riscos por toda a Organização, a estrutura de gerenciamento de riscos identifica mensura, avalia, monitora, reporta, controla e mitiga os seguintes riscos:

- Risco de Crédito.
- Risco de Mercado;
- Risco de Liquidez;
- Risco Operacional;
- Risco Socioambiental;
- Risco de Conformidade; e
- BCP (Business Continuity Plan).

Tais áreas de riscos contam ainda com o apoio efetivo das equipes de Auditoria, Compliance / Controles Internos e Jurídico, que atuam na aplicabilidade e aderência de todos os processos às políticas instituídas pela empresa.

As políticas, normas e procedimentos asseguram que a Organização mantenha uma estrutura de gestão de riscos compatível com a natureza das operações, multiplicidade das atividades e processos, bem como administração eficiente dos recursos material, sistêmico e humano.

RISCO OPERACIONAL

A Diretoria da EMPRESTA Capital estabeleceu a Autoavaliação como técnica para avaliação de riscos e controles visando o fortalecimento da cultura de risco e controle da Organização. A Autoavaliação é desenvolvida por meio de revisão do fluxo dos processos / controles, por mapeamentos e reuniões estruturadas com a participação das áreas gestoras dos processos e facilitadas pela área de Compliance e Riscos da EMPRESTA Capital, que estimula a participação dos envolvidos para identificação e mensuração dos riscos.

A avaliação do risco é feita com base na coleta de informações, quantitativas e qualitativas:

A probabilidade é medida considerando o registro histórico / frequência dos eventos / ocorrências, a existência de reincidências, e a vulnerabilidade dos processos, vis-à-vis a eficácia e efetividade operacional dos controles executados que mitigam a probabilidade.

O impacto é medido considerando a importância dos processos e os objetivos operacionais / objetivos de confiabilidade das informações financeiras e não financeiras e objetivos de compliance, bem como o registro histórico de perdas financeiras/potenciais, perdas estimadas e a vulnerabilidade dos processos, vis-à-vis a eficácia e efetividade operacional dos controles executados que mitigam o impacto.

Os impactos e probabilidades são avaliados qualitativamente utilizando escalas de categorias conforme demonstramos adiante, os riscos alto e médio devem ser priorizados com o objetivo de identificar as causas (que podem contribuir para a materialização do risco), bem como devem ser adotadas medidas corretivas e preventivas para solução imediata dos problemas encontrados ou para o desenvolvimento de plano de ação para mitigação do risco identificado / correção das deficiências encontradas.

A Diretoria Administrativa Financeira, em conjunto com o Comitê de Riscos, mensurou os valores de perdas que serão aceitas mediante ao Apetite a Risco da organização para cada tipo de risco identificado.

Mecanismos e Estratégias de Mitigação de Risco Operacional

A área de Risco e Compliance promove a avaliação dos processos e controles internos, monitora os indicadores de risco operacional, fomenta discussões sobre os eventos de riscos operacionais ocorridos e/ou potenciais e estabelece planos de ação, conforme o planejamento e estratégia adotados pela organização, visando assegurar que:

- Os processos de gerenciamento de riscos sejam conduzidos adequadamente e de forma integrada entre as áreas da instituição visando o alcance das metas e objetivos estabelecidos pela Diretoria e Conselho de Administração;
- Os riscos relevantes sejam identificados e avaliados, inclusive os riscos de prestadores de serviços relevantes;
- Práticas de gerenciamento de riscos são implementadas, auxiliando os gestores dos processos a reportarem adequadamente informações relacionadas a riscos e adotar medidas corretivas para correção de deficiências;
- Informações de risco relevantes são capturadas e comunicadas de forma oportuna por toda a instituição, permitindo que colaboradores, Diretoria Administrativa, e Comitê Executivo cumpram com suas responsabilidades;
- Ações preventivas e corretivas são implementadas para solucionar problemas e corrigir deficiências em processos e controles visando a redução de riscos operacionais e níveis aceitáveis;



- O conhecimento e as informações sobre riscos são apropriadamente compartilhados para auxiliar todas as funções a desempenhar melhor seus papéis de forma eficiente;
- Processos e controles são desenvolvidos para auxiliar as áreas de negócios e de operações a gerenciar os riscos operacionais;
- Orientações e treinamento sobre processos de gerenciamento de riscos são fornecidos a todos os níveis organizacionais da instituição; e
- A Diretoria e o Comitê Executivo são alertados sobre questões emergentes, mudanças no cenário regulatório e quanto a existência de novos riscos não abordados anteriormente que impactam o segmento de atuação.

RISCO DE MERCADO

Conforme a Resolução 4.557/17 do Banco Central do Brasil define-se o risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição. Dada as características da EMPRESTA Capital, de seu modelo e escopo de negócios e de seu mercado de atuação, o risco de mercado é bastante mitigado.

Tipos de Riscos

Considerando as operações da EMPRESTA Capital, o Comitê Executivo entende que para mitigação do Risco de Mercado, a instituição deve avaliar e acompanhar os seguintes pontos detalhados a seguir:

Taxas de Juros - Empréstimos Empresta Capital X Concorrência:

A EMPRESTA Capital busca adotar taxas competitivas perante a concorrência, mas também observando a viabilidade da operação, a sustentabilidade do negócio e o atingimento de um retorno compatível com o risco.

Taxa SELIC

A Taxa SELIC deve ser objeto de acompanhamento pelo Comitê Executivo, considerando o efeito na remuneração do capital, nas taxas de juros praticadas pelo Mercado Financeiro e no custo de captação.

Dada as características do modelo de negócios da EMPRESTA Capital, a variação da taxa SELIC influencia as taxas de remuneração aos cotistas do FIDC da qual somos o único originador e agente de cobrança e, por consequência, os custos de funding da instituição.

Investimentos de Recursos Próprios

Os recursos próprios da EMPRESTA Capital são aplicados em investimentos de natureza conservadora, conforme Política de Investimentos específica e vigente, aprovada pela Diretoria Executiva.

Tecnologia

A Administração deve acompanhar os avanços tecnológicos que podem impactar nas operações e no serviço prestado ao cliente.

Novas ferramentas devem ser implementadas, observada a relação custo X benefício, visando conferir ganhos de produtividade e melhor prestação de serviços a clientes.

Ações Governamentais e Órgãos Reguladores

Deve ser objeto de acompanhamento obrigatório pelo Comitê Executivo o cumprimento da legislação e de demais normativos em vigor bem como, de legislações e normativos em estudos que possam impactar futuramente nas operações da instituição.

Monitoramento Contínuo

O Comitê Executivo EXCO monitora periodicamente os riscos de mercado envolvidos no negócio da EMPRESTA Capital em suas reuniões de avaliação e acompanhamento de negócios.

A ferramenta utilizada para análise do seu custo de funding é o WACC (Weighted Average Cost of Capital). Este documento tem circulação restrita entre os membros do Comitê Executivo, e com a Coordenação Financeira.

A ferramenta utilizada para acompanhamento do cumprimento de legislação, Resoluções do Banco Central e Normativos atualizados é realizado por um sistema de gestão denominado GRISK, tendo como responsáveis pelas visualizações as áreas de Risco e Compliance.

RISCO DE CONFORMIDADE

Estrutura de Gerenciamento de Risco de Conformidade:

De acordo com a Resolução 4.595/17 do Banco Central do Brasil define-se Risco de Conformidade a não contribuição ou não cumprimento das diversas normas, procedimentos e padrões mínimos de monitoramento das atividades de Compliance para que sejam seguidos por todos os colaboradores da Organização na implementação das melhores práticas de Governança Corporativa e adequação aos preceitos das Resoluções 2.554/98, 4.595/17 e 4557/17 do Banco Central do Brasil.

Na EMPRESTA Capital, a área de Compliance está subordinada à Diretoria Administrativa Financeira, podendo inclusive, se reportar ao Comitê Executivo. O Compliance deve assegurar a imparcialidade e o sigilo das informações tratadas. A independência também se aplica aos acessos físicos em relação aos demais departamentos, à segregação de processos, e aos sistemas utilizados. Como premissa, todas as áreas devem garantir o livre acesso dos responsáveis por atividades relacionadas à função de Compliance aos sistemas, informações e documentos necessários para o exercício de suas atribuições.

Políticas de Gestão de Compliance

A política relacionada à Compliance da EMPRESTA Capital estabelece as regras definidas e aprovadas pelo Comitê de Riscos e abrange os seguintes pontos:

- Papéis e responsabilidades;
- Princípios de Atuação
- Missão e Responsabilidade da Coordenadoria de Compliance;
- Controle e monitoramento; e
- Garantia da Independência do Trabalho Executado.



RISCO SOCIOAMBIENTAL

Estrutura de Gerenciamento de Risco Socioambiental:

De acordo com a Resolução 4.327/14 do Banco Central do Brasil define-se Risco Socioambiental o grau de exposição ao risco socioambiental das atividades e das operações da instituição. Na EMPRESTA Capital, o processo de gerenciamento de Risco Socioambiental é realizado de forma compatível com a natureza das suas operações. Trata-se de um risco bastante mitigado dada a nossa atuação em nicho específico de Pessoa Jurídica (micro e pequenas empresas).

Nossa política de concessão de crédito defende e aplica ativamente, em todo e qualquer empreendimento realizado, o respeito aos direitos humanos, a igualdade, a ética, ao meio-ambiente, o combate a corrupção e a conformidade as leis e regulamentações aplicáveis, bem como a intolerância a qualquer tipo de atividade ilícita.

RISCO DE LIQUIDEZ

Para gerenciamento do risco de liquidez, a RPW mantém os seguintes controles, que podem ser evidenciados pelos reports encaminhados a Diretoria Executiva na periodicidade descrita:

- Acompanhamento diário de fluxo de caixa;
- Projeção trimestral de fluxo de caixa (material enviado pela Dir. Adm. Fin ao EXCO);
- Acompanhamento semanal de recebimentos do mês;
- Acompanhamento do fluxo de caixa de originações e despesas do mês, liquidações em carteira e identificação de necessidade de captação;
- Índice de Inadimplência Carteira Própria;
- Rentabilidade mensal e anual RPW S/A;
- Custo de Captação mensal e anual;
- Projeções de Captação mensal e anual; e
- Fluxo de pagamentos mensal e anual das captações.

RISCO DE CRÉDITO

Conforme a Resolução 4.557/17 do Banco Central do Brasil, define-se risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador, ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, redução de ganhos ou remunerações, vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Formas de Atuação

A RPW S/A SCFI pode atuar direta e isoladamente com seus clientes, ou ainda em conjunto com outros parceiros como Correspondentes Bancários, Redes de Distribuição e Agentes Comerciais, para a realização de operações de crédito.



Para cada parceiro com que a RPW tenha interesse em operar deve ser formalizado um convênio de parceria, a ser elaborado pelo Jurídico da companhia, com cláusulas e condições específicas conforme a característica dos negócios. Dentro das políticas estabelecidas nas parcerias, a companhia determinará as cláusulas constantes nos contratos a serem formalizados com os clientes finais. Os parceiros são responsáveis pela indicação do cliente a RPW para a realização de operações de crédito e, sempre que possível, pelo apoio e situações de cobrança.

Processo de Crédito

O processo de crédito é constituído pelas seguintes etapas:

Concessão: é a porta de entrada no relacionamento de crédito com a RPW. Abrange a análise do cliente e da operação:

- **Análise do cliente:** deve-se observar a sua capacidade de repagamento, as suas informações cadastrais e financeiras, a finalidade do recurso e sua disposição de realizar o pagamento da operação.
- **Análise da operação:** a RPW busca compatibilizar a oferta de produtos de crédito adequados ao perfil e à capacidade de pagamento do cliente.

Acompanhamento e Manutenção: compreende a fase de acompanhamento da aplicação dos recursos liberados, o gerenciamento das garantias, monitoramento da situação do tomador, entre outras ações de gestão do risco.

- O principal objetivo nesta fase é a prevenção contra a inadimplência dos ativos ou a ação imediata caso se detecte a deterioração do crédito.

Cobrança: caracteriza-se pela utilização de mecanismos que asseguram o retorno dos recursos emprestados, levando-se em conta algumas variáveis como o relacionamento do cliente com a empresa, a minimização de custos legais e a utilização de mecanismos automatizados de cobrança e recebimento de dívidas.

Recuperação: trata-se da fase em que a RPW busca reduzir as perdas de crédito, minimizar os custos de recuperação e aumentar a taxa de recuperação. Estão contemplados nesta etapa o processo de cobrança extrajudicial, terceirização (contratação de empresas para prestar serviços de cobrança e recuperação de créditos inadimplidos) e a cobrança judicial.

Políticas de Risco de Crédito

As políticas relacionadas ao processo de concessão do crédito da RPW estabelecem as regras definidas e aprovadas pelo Comitê de Riscos, e estão especificadas a seguir:

- Procedimento de Operação de Crédito Consignado Produtivo;
- Procedimento de Operação de Crédito Financiamento Condomínio;
- Procedimento de Operação de Crédito Consignado Produtivo Terceirizado;
- Procedimento de Operação de Desconto de Duplicatas; e
- Política de Crédito.



As políticas são revisadas anualmente, porém revisões extraordinárias poderão ser demandadas em decorrência de qualquer alteração significativa nos indicadores da carteira de crédito, mudanças nas estratégias comerciais e operacionais em adequação ao mercado, ou em decorrência de eventos relevantes que possam impactar significativamente nos negócios.

Estratégias

Com o objetivo de manter o Risco de Crédito em níveis adequados, a área de Riscos monitora os indicadores de crédito e, caso haja necessidade, estabelece correções imediatas segundo o planejamento, estratégia e o apetite de riscos adotados pela organização. As correções envolvidas podem incluir:

- Revisão na política de crédito mencionadas anteriormente;
- Revisão dos modelos internos;
- Avaliação de novas ferramentas de mercado; e
- Alteração no Normativo Operacional para Cobrança de Clientes em atraso.

A área de Risco de Crédito atua em parceria com a área de Recuperação de Crédito e Jurídico na avaliação dos inadimplentes. Além de contribuir em ações estratégicas com a cobrança, sempre buscando alavancar os resultados de recuperação de saldos inadimplentes e consequentemente mitigando as perdas de crédito.

20. Plano de Implementação da Resolução 4966/2021

A Resolução CMN nº 4.966/2021 introduz conceitos e critérios contábeis para instrumentos financeiros, além de estabelecer diretrizes para a contabilidade de hedge, visando reduzir assimetrias em relação aos padrões internacionais, como o IFRS 9, a partir de 1º de janeiro de 2025. As principais mudanças incluem a classificação de instrumentos financeiros, o reconhecimento de juros em casos de atraso, o cálculo da taxa efetiva contratual, a baixa por prejuízo e o reconhecimento de provisões, bem como a classificação de operações com problemas de crédito.

A Lei nº 14.467/2022 modificou o tratamento tributário das perdas decorrentes do recebimento de créditos por instituições financeiras e outras autorizadas pelo BACEN. A alteração mais significativa diz respeito à dedução das perdas incorridas na apuração do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL. Essa lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2025. O Plano de Implementação da Empresa Capital SCFI inclui a adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021, da Lei nº 14.467/2022 e outros regulamentos correlatos, além da reformulação do elenco de contas do COSIF.

O plano de implementação dos normativos foi elaborado de forma colaborativa, englobando as áreas de Contabilidade, Risco, Tecnologia e outras áreas relevantes. Com o objetivo de identificar os ajustes necessários e os possíveis impactos para garantir a conformidade com a nova resolução, o plano está dividido nos seguintes estágios:

- Estabelecimento de fóruns e comitês multidisciplinares para definição e acompanhamento da implementação;
- Mapeamento dos impactos e implementação das mudanças nos processos e sistemas; e
- Revisão e atualização dos modelos e critérios utilizados nas estimativas contábeis.

O cronograma do Plano de Implementação está sendo dividido em fases ao longo de 2023 até o final de 2024, sujeito à emissão de normas acessórias pelo BACEN.

21. Melhoria das Demonstrações Contábeis

Para melhor apresentação no Balanço Patrimonial em 30/06/2023, os valores abaixo referentes aos números de 31/12/2022, foram apresentados com abertura de mais linhas analíticas, bem como em circulante e não circulante, adequando ao prazo de vencimento, conforme normas vigentes.

	2022 Divulgado	Ajuste	2022 Reapresentado
ATIVO CIRCULANTE			
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	690	(690)	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO			
Empréstimo Longo Prazo	50.573	(46.284)	4.289
Títulos Descontados Longo Prazo	48.220	(29.795)	18.425
(-) Provisão Para Créditos de liquidação duvidosa	(4.653)	(994)	(3.659)
OUTROS CRÉDITOS			
Outros devedores	387	90	477
Caução de aluguel	90	(90)	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	-	690	690
OPERAÇÕES DE CRÉDITO			
Empréstimo Longo Prazo	-	46.284	46.284
Títulos Descontados Longo Prazo	-	29.795	29.795
(-) Provisão Para Créditos de liquidação duvidosa	-	994	994
PASSIVO CIRCULANTE			
DEPÓSITO A PRAZO			
CDB	118.507	(52.639)	65.868
OUTRAS OBRIGAÇÕES			
Cobrança e arrecadação de tributos	-	64	64
Fiscais e previdenciárias	733	(64)	669
Obrigações sociais e trabalhistas	-	224	224
Diversas	2.272	(224)	2.048
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
DEPÓSITO A PRAZO			
CDB	-	52.639	52.639

22. Eventos subsequentes

O Índice de Basileia Simplificado atingiu 15,84% em junho de 2023, abaixo dos 17% exigidos para S5. A RPW S/A adotou providencias visando a regularização deste índice ao requerido, que contemplaram o Aumento do Capital Social e migração para S4.

Conforme AGE realizada em 22/08/2023 com os acionistas da companhia, foi aprovado o aumento do capital dos atuais BRL 11,0M (onze milhões de reais) para BRL 20,0M (vinte milhões de reais). Este aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central em 11/12/2023.

Ainda dentro do Plano de Continuidade, a RPW S/A SCFI procedeu em setembro/23 com a opção de migrar para o segmento S4. Para tanto, adotou todas as providencias previstas na Resolução nº 4.606/2017 do BC, em particular aquelas previstas em seu Art. 16º, visando atender a toda demanda regulatória de relatórios internos, políticas, procedimentos e normativos para o gerenciamento integrado dos riscos exigido para a nova segmentação.

Com estas providencias, o Índice de Basileia da Instituição, em setembro/23, alcançou o patamar de 17,14%, acima do mínimo requerido para S4 de 10,5%, e permanecendo de forma sustentada acima do mínimo requerido desde então:

- Setembro/23 - 17,14%
- Outubro/23 - 16,54%
- Novembro/23 - 16,43%
- Dezembro/23 - 16,82%
- Janeiro/24 - 16,91%
- Fevereiro/24 – 17,08%

* * *